

# Nova gestão quer parcerias para ferrovias

Setor ferroviário deverá ser uma das prioridades do novo governo, que pretende emplacar projetos com o apoio da iniciativa privada

DE BRASÍLIA

Considerado um pilar da logística portuária nacional na busca por novos recordes de movimentação de cargas, o setor ferroviário deve ter atenção total do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O objetivo é tentar emplacar Parcerias Público-Privadas (PPPs) nas ferrovias, com a expectativa de haver mais dinheiro público na área. A tendência foi reforçada por estudos do grupo de infraestrutura que trabalha na transição.

Ex-ministro de Portos, ex-secretário do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e integrante do grupo de transição, Maurício Muniz disse ser necessário desenhar mais alternativas para desenvolver a matriz ferroviária. PPPs na forma da lei, com contraprestação financeira da União, e a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) com participação estatal para construir e operar ferrovias estão entre as possibilidades.



MATHEUSTACÉ - 28/4/22

Participação do transporte ferroviário no transporte de cargas ainda é baixo no Brasil e pode crescer

Apesar de tentativas que perpassam os governos de FHC, Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, o Brasil ainda conta com uma participa-

ção baixa de ferrovias no transporte de cargas - menos de 20% da matriz. Com Bolsonaro, o Ministério da Infraestrutura apostou nas

renovações antecipadas de contratos de concessão, em novos projetos e nas autorizações ferroviárias.

No caso das autoriza-

ções, modelo aprovado pelo Congresso Nacional no ano passado, as empresas conseguem aval do poder público para construir por conta e risco próprios uma ferrovia privada.

Até o momento, 32 contratos foram assinados, com previsão de investimentos na ordem de R\$ 149 bilhões.

## TRECHOS CURTOS

O time da transição acredita que a estratégia poderá dar certo para trechos curtos - que liguem, por exemplo, uma fábrica a um ramal ferroviário principal -, mas não para trechos que exigem grande quantidade de investimento.

O temor é que parte dos contratos assinados seja apenas especulativa, em função do capital insuficiente que muitas das empresas apresentam.

Diante desse cenário, Muniz defende que o governo Lula lance mão das PPPs para impulsionar o modal. O plano segue o entendimento de que concessões

puras - sem qualquer recurso do governo - não param de pé, já que as obras exigem alto grau investimento. Com isso, o ex-ministro avalia ser possível que o próximo governo desenhe projetos de ferrovias estruturantes a partir do modelo de PPP previsto em lei, a depender da região e do traçado.

O instrumento permitiria, por exemplo, que a iniciativa privada construa e opere um traçado recebendo algum tipo contraprestação financeira da União.

Não está nos planos retomar a modelagem tentada em 2013, quando o governo Dilma estruturou projeto pelo qual a Valec compraria a capacidade da ferrovia e remuneraria a concessionária com uma tarifa. A ideia buscava tirar o risco de demanda da iniciativa privada, mas enfrentou diversos percalços, inclusive no Tribunal de Contas da União (TCU), e acabou não indo para frente. (Estadão Conteúdo)